

## Esbôço Preliminar da Divisão do Brasil nas Chamadas "Regiões Homogêneas"

PEDRO PINCHAS GEIGER

No estudo da superfície terrestre, a geografia descreve extensões diferenciadas do espaço, como reflexos dos fenômenos cuja qualificação decorre de determinadas expressões quantitativas. Neste sentido a geografia tem como interesse não o estudo de um indivíduo, mas o da população, não de um ser vegetal, mas o da vegetação; não o de uma gota d'água mas de um oceano. Desta característica decorre a unidade de espaços geográficos. Torna-se, portanto, objetivo da ciência geográfica a distinção entre uma extensão densamente povoada e um território de população rarefeita; oposição entre massa arbórea, florestal e massa herbácea, campestre; distinção de áreas segundo o domínio de tal ou qual massa de ar; tais são alguns exemplos de caracterização de áreas por fenômenos de massa e que se pode expressar em termos quantitativos — densidades de população, quantidades de matéria viva vegetal, temperaturas precipitações etc. Também é possível diferenciar uma área de outra, seja pela intensidade das relações econômicas que se processam no seu interior, seja pelas direções que estas relações tomam. Isto se expressa em fluxos de mercadorias, migrações de trabalho, chamadas telefônicas, etc., igualmente, fenômenos de massa.

A essência dos processos de homogeneização, diferenciação e integração que levam à caracterização do espaço geográfico repousa também na correlação dos diversos fenômenos. Por exemplo, correlação entre variações climáticas e variações da vegetação, entre a qualidade dos solos e o rendimento agrícola, etc.

O movimento de que é animada a superfície terrestre, fruto da interação de todos os fenômenos conduz a dois processos simultâneos e opostos: um diz respeito à diferenciação constante entre partes da superfície terrestre; o outro se refere à multiplicação das conexões que tornam interdependentes toda a superfície terrestre. Da diferenciação constante de pontos da superfície terrestre resulta a hierarquização e alteração dos espaços e a continuidade do seu processo de elaboração. No seu papel dinâmico, a conexão, preside, por exemplo, a integração de áreas na formação das regiões definidas pela vida humana de relações (caso das *regiões organizadas* e das chamadas *regiões polarizadas*). O princípio da conexão rege a unidade da superfície terrestre e a definição das regiões como partes de um todo.

A palavra região significa, no sentido comum, um espaço diferenciado da superfície terrestre, o que, à primeira vista, parece fácil delimitar. Na realidade trata-se do mais complexo assunto geográfico. A razão é que o espaço geográfico é muito complexo, resultante de uma combinação de fenômenos de naturezas diversas: físicos, biológicos e sociais. A dinâmica da superfície é muito complicada, com superposição de processos de elaboração regional. Atende-se ao fato de que a história tectônica ou a história da vegetação ou a história humana apresentam aspectos de evolução independentes. A elaboração das "regiões" naturais se processou desde o passado geológico mais remoto enquanto que o papel humano, com

\* Este trabalho, elaborado com o concurso de diversos autores, constitui documento preliminar de revisão da Divisão Regional do Brasil, elaborado de acordo com a Resolução n.º 595, de 17 de junho de 1966, da XXIII Assembleia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, e tendo em vista fornecer subsídios para a regionalização prevista no Plano Decenal.

os processos de regionalização é mais recente; os diversos fenômenos geográficos apresentam distintas formas de diferenciação quanto à área ocupada, a intensidade e o tempo de elaboração.

É verdade que existe a correlação dos fenômenos geográficos e alterações num deles repercutem nos outros. Por exemplo em áreas de economia cafeeira dos Estados de São Paulo e Paraná, diferenças petrográficas existentes dão origem a diferenças pedológicas que por sua vez vão repercutir nos rendimentos da terra em café; mas, se do ponto de vista da pedologia, estas diferenças de solo podem ser de primeira hierarquia, separando "regiões" pedológicas, do ponto de vista da ocupação humana, as diferenças de rendimento podem representar nuances, diferenciações de grau hierárquico secundário, no interior da região definida pelo domínio da economia da rubiácea. Evidentemente, ao se realizar uma divisão regional do país, caberá verificar, para cada região, qual o elemento mais dinâmico, no sentido da organização da vida regional, ou o que mais interfere na evolução dos outros fenômenos geográficos. Assim, no exemplo acima apontado, pode ocorrer que as diferenças de rendimento de café devidas às qualidades dos solos tenham sido decisivas para diferenciar a organização social de uma e outra área, o nível de prosperidade e desenvolvimento, a organização da vida urbana, etc.; neste caso, o limite pedológico terá grande significado na separação de regiões distintas.

Outro exemplo apontará forma diversa do problema. Imagine-se um maciço montanhoso, como da Borborema, que se constitua em unidade regional geológico-tectônica; mas este relevo apresenta nas suas vertentes voltadas à circulação aérea proveniente do mar, um clima mais úmido e, no lado oposto, onde os ventos descendentes são secos, um clima mais árido. Esta forma de relevo é fator de divisão em duas unidades climáticas. A divisão regional irá se calcar nos limites da unidade geológico-tectônica ou nos limites climáticos? Para a distinção de espaços diferenciados do quadro natural a primeira hierarquia caberá à unidade geológico-tectônica se o clima mais sêco for apenas um fator local ilhado na vertente interior do planalto. Em caso contrário, isto é, se o alto do maciço corresponder ao início de uma grande extensão diferenciada do clima que, por sua vez, vai se refletir na vegetação, nos solos, nos processos morfogenéticos, etc. aquela hierarquia poderá pertencer ao fator climático.

Cabe aqui uma primeira referência à noção da *região geográfica* como uma organização do espaço decorrente da atividade humana. Neste sentido aqueles limites físicos serão válidos pelo significado que terão para as atividades do grupo humano. Assim se a constituição geológica servir de suporte a importantes atividades minerais que centralizam a vida regional, então a região poderá ser calçada na unidade do maciço. Mas, se no alto do maciço o limite de tipos de solos, de formações vegetais, de sistemas morfoclimáticos diferenciar, essencialmente a organização de uma população agrária, lá também, será assinalada a fronteira regional.

O trabalho regional pressupõe, pois, não apenas o conhecimento estático das paisagens e de seus elementos constituintes, mas também dos processos dinâmicos.

## 2 — Tipos de Regiões

Nos exemplos acima apontados, as unidades espaciais calcavam-se geralmente nos elementos naturais da superfície terrestre, embora elas valessem como formas de organização do espaço para a vida econômica e social. Na realidade, os processos de regionalização são o resultado da atividade humana e a sua maior ou menor dependência dos elementos naturais varia conforme cada elaboração. A própria *região natural* é um fato humano, no sentido de que se trata de um espaço não transformado ou pouco modificado. A evolução da vida social criou no-

vos fenômenos que adquirem expressão geográfica, como por exemplo, a atividade industrial; as transformações da vida social, a evolução para estruturas mais complexas se traduz em novas formas de organização regional, ditadas por novos elementos dinâmicos. Assim num estágio superior de elaboração regional, passam a prevalecer os fenômenos da vida de relações que imprimem organização a uma porção do espaço. Diversos autores chegam a considerar que só neste caso existe verdadeiramente a região; pois a região propriamente dita seria um espaço organizado, *região organizada*, caracterizada pela existência de um núcleo ou núcleos, que são as cidades, a partir dos quais se desenvolve a organização. As outras regiões, no sentido comum da palavra, seriam apenas fragmentos diferenciados do espaço.

Em relação ao grau de desenvolvimento econômico e às diversas formas da ação humana, haverá, pois, variedade de tipos de regiões. Segundo o geógrafo francês BERNARD KAYSER, a regionalização em um país efetuou-se e se efetua sob o impulso de certo número de fatores; alguns são variáveis no espaço em função das condições naturais, e no tempo em função das históricas, mas outros parecem ter uma significação universal, no sentido do nível de desenvolvimento da sociedade humana. São estes que vão dar origem a tipos de regiões atuais.

O *espaço indiferenciado* é representado por áreas que ficaram marginalizadas em relação aos processos de transformação da vida econômica e social. Refere-se a regiões habitadas por populações primitivas ou de economia fechada, onde os gêneros de vida se adaptam diretamente aos quadros naturais. As diferenciações que podem ocorrer dentro deste tipo de regiões estão ligadas a fatos naturais que representam condições potenciais distintas. A *região de especulação* define-se por ter sido elaborada em função de uma abertura para o exterior; a Campanha gaúcha por exemplo, é uma região formada em torno da especulação da carne, solicitada pelo mercado estrangeiro calcada sobre determinado quadro natural. A *bacia urbana* representa uma organização regional em economias relativamente mais evoluídas, onde os fluxos se exercem predominantemente num sentido: a da cidade de maior influência. A região do Rio de Janeiro seria exemplo de uma grande bacia urbana. A zona cacaueteira em torno de Ilhéus e Itabuna, por exemplo, seria um misto de região de especulação e de pequena bacia urbana. Na *região organizada* verifica-se maior intensidade de relações em todos os sentidos e a criação de uma consciência regional na população. No Brasil, apenas a região formada em torno da cidade de São Paulo, aproxima-se deste tipo, mais definido nos países desenvolvidos. Sede de um programa de desenvolvimento, a *região de intervenção* é uma verdadeira região em potencial.

As regiões podem mudar de grau de hierarquia, enquadrar-se em região de tipo diferente, ou se superpor a uma outra região. A região organizada em torno de São Paulo é parte da grande bacia urbana comandada por São Paulo, que se superpôs a uma antiga região de especulação cafeeira e sobre a qual se expandiu. Esta bacia corresponde ao Estado de São Paulo e norte do Paraná. O Nordeste pode ser considerado uma grande região histórica de primeira hierarquia, no qual se inscrevem algumas regiões de especulação e bacias urbanas. Parte do Sertão, onde as trocas comerciais são reduzidas, se assemelha talvez a um espaço indiferenciado, onde as diversificações internas seriam devidas aos fatores naturais — aos vales, às serras.

### 3. *Regiões homogêneas e regiões polarizadas*

A elaboração de novos tipos de regiões não invalida diferenciações do espaço preexistentes. Regiões antigas podem representar uma hierarquia primária no interior da qual surgem regiões novas de hierarquia secundária; em outros casos novas regiões podem englobar diversas regiões antigas, ou estas desaparecem na qualidade de regiões, para se transformarem em simples setores dos novos tipos.

A falta de compreensão exata destes fatos leva a uma concepção formal de que um território poderia ser dividido separadamente, ora em "regiões homogêneas", ora em "regiões polarizadas". Nós vimos que existem territórios nos quais a vida de relações interna nenhum papel, ou quase nenhum, desempenha, na elaboração de atuais regiões, naturais, étnicas, históricas e de especulação. No entanto, mesmo no interior de regiões caracterizadas pela intensa vida de relações, como as bacias urbanas e as regiões organizadas, distinguem-se espaços diferenciados, setores ou sub-regiões, por fatores não relacionados a fluxos ou polarização. Daí a idéia de que qualquer parte de um país poderia estar enquadrado em regiões para as quais não fôsse tomada em consideração a vida de relações, mas apenas as formas de organização da produção, ou nas chamadas áreas "homogêneas".

Por outro lado, mesmo nas áreas pouco desenvolvidas, onde não é a polarização ou a vida de relações interna que preside o processo de organização regional, sempre existe algum fluxo e alguma malha urbana; dêsse modo, sempre podem ser definidas as relações entre as cidades e suas áreas de influência. Daí a idéia de que qualquer território pode ser dividido em "regiões polarizadas", igualando-se regiões organizadas e bacias urbanas com áreas que pertencem a outros tipos de regiões, mas, nas quais, naturalmente existe certo nível de vida de relações. As "regiões polarizadas" seriam nesta forma, áreas dependentes de um mesmo centro de atividades terciárias segundo conceitos emitidos pelo Professor MICHEL ROCHEFORT.

Na realidade, qualquer território pode ser dividido em *espaços homogêneos*, mas estes sempre correspondem a regiões; quadros naturais diferenciados são espaços homogêneos sem serem regiões propriamente; no interior de região organizada, como a situada em torno de São Paulo, podem existir espaços diferenciados internos, que não são verdadeiramente regiões, como o da aglomeração metropolitana, o de satélites industriais, o das áreas praianas de lazer, etc. Pois que a região se caracteriza por ter certa vida autônoma, certa independência na dinâmica de sua evolução. Do mesmo modo, o país por inteiro pode ser dividido em *espaços polarizados*, sem que estes espaços correspondam sempre a regiões.

Num país como o Brasil existem diversos tipos de região, segundo o grau de desenvolvimento das diversas áreas. Nos territórios menos desenvolvidos os fenômenos de polarização são menos importantes e as regiões se caracterizam por certa homogeneidade, em grande extensão, decorrente da ênfase da vida regional em torno da produção. A malha urbana existente representa a base sobre a qual deverá apolar-se a evolução destas regiões, donde a importância do estudo da vida de relações nestas mesmas áreas. Nos territórios mais desenvolvidos são os fenômenos de polarização que presidem fundamentalmente a organização regional; as regiões se caracterizam pela variedade de espaços diferenciados internos, decorrente das especializações de funções que lhes são reservadas. Estes espaços, homogêneos, expressam as formas de organização da produção que existem no interior da região, donde a importância de seu estudo, para a compreensão do seu conteúdo econômico. Dêsse modo verifica-se a importância das análises empregadas, tanto na definição das chamadas "regiões homogêneas" como das "regiões polarizadas".

No entanto, as divisões do Brasil nos ditos espaços homogêneos e espaços polarizados, bem como os estudos que lhe serviram de base, devem ser confrontados e combinados para a realização de uma *divisão regional brasileira* que aponte os diversos tipos de regiões, distribuídos segundo diversos níveis hierárquicos.

Não bastará um simples confronto estático dos espaços homogêneos e polarizados para se definir as regiões brasileiras, segundo seus tipos de hierarquia. Será necessário interpretar a dinâmica de todos aqueles fatos apontados como objetos de estudos na formulação de espaços homogêneos e polarizados, na evolução própria de cada um e nas relações de uns com os outros. Esta análise

servirá de base para a visualização de funcionamento e dos aspectos formais dos diversos tipos de organização do espaço que serão configurados em tipos de regiões no Brasil.

Mas não tem sido este o sentido geral do trabalho permanente e contínuo da pesquisa geográfica?

Se uma nova divisão regional do Brasil representa, por um lado, maior densidade e atualização dos conhecimentos objetivos relativos ao território nacional, num dado momento, por outro lado, ela também já implica no relacionamento da evolução destes conhecimentos com a evolução teórica do conceito da região. Neste sentido, o trabalho contínuo de descobrir a complexidade da organização do espaço definindo regiões com maior ou menor dinamismo, regiões mais antigas ou mais recentes, regiões que se recobrem, distinguindo diversos tipos de regiões organizadas hierarquicamente, leva à uma renovação constante da pesquisa geográfica.

Para que a densidade do conhecimento não se cinja à experiência dos geógrafos da Divisão de Geografia do CNG, o esboço da nova divisão será levado à crítica dos geógrafos dos diversos Estados do Brasil, antes de ser oficializado.

A evolução da teoria de regionalização apenas realça o valor prático do conhecimento da vida regional. Sob a influência da problemática resultante da preocupação com a definição das regiões do Brasil, certamente se abrirão novos caminhos para o desenvolvimento dos trabalhos geográficos de campo e de Gabinete do Conselho Nacional de Geografia.

#### 4. *Importância do conhecimento regional para o planejamento*

No interior de um país, as regiões são partes vivas de um todo. O desenvolvimento no interior de cada região vai influir no processo geral do país e o desenvolvimento do país no seu conjunto influi na evolução regional.

Assim, para o planejamento, o estudo regional deve atender aos seguintes objetivos e servir para os seguintes fins:

1.º) Definição das regiões existentes, sua caracterização, descrição de sua vida interna e de suas relações com a vida do país; indicação das tendências dinâmicas das regiões, seus potenciais, forças de expansão, freios e pontos de estrangulamento. O planejamento atende ao desenvolvimento interno das regiões, fornecendo estímulos às forças de expansão, ou freinando tais forças quando levam a crescimentos exagerados, prejudiciais ao conjunto do país; atua sobre elementos de freagem da vida regional, ou introduz novos elementos de ativação da vida regional (promoção de imigração, por exemplo). Ele deve atender, pois, ao tipo de região, que está tratando.

Uma das formas da atuação do planejamento reside em criar condições de evolução de uma *região ainda não organizada* para *região organizada*, ou simplesmente, de um tipo de região para outro.

Em certas regiões, onde já existe rede urbana de relativa importância, isto se faz pela consolidação de *centros de polarização* já existente, transformados em *polos de crescimento*. Por exemplo, a formação de cidade industrial junto a Recife pode influir na evolução desta metrópole para centro de bacia urbana mais definida. Noutras regiões, onde a polarização praticamente não existe ou é muito fraca, cria-se uma nova cidade para servir de centro de polarização ou de pólo de crescimento.

Nas regiões já organizadas é o *planejamento físico* e o *arrumamento do espaço* que ganham muitas vezes importância fundamental, para o bem estar das populações que lá se encontram. Nas regiões já desenvolvidas a política de descentralização dos pólos de crescimento já congestionados levam à formação de novos núcleos, satélites industriais, residenciais e outros. Os satélites não criam regiões; um núcleo industrial em expansão, como Volta Redonda, não cria uma região em

torno de si, pois, situado na área de influência do Rio de Janeiro, vai fortalecer o papel polarizador desta cidade que concentra inclusive atividades terciárias a serviço do satélite.

2.º) A utilização do conhecimento das características regionais no traçado da política geral econômica, no que diz respeito aos problemas setoriais, particularmente os locacionais. A escolha de posições e sítios para empreendimentos industriais, agrícolas, ou do setor terciário, se fundamentam em características geográficas. Para este trabalho são de grande valia estudos como o das chamadas "regiões homogêneas" e "regiões polarizadas".

3.º) Uma política locacional planejada repercute no desenvolvimento da vida regional; tanto pode ativar a dinâmica regional, simplesmente, como pode ser fator de criação de novos espaços diferenciados que podem evoluir para regiões (caso da região de Belo Horizonte). Além desta influência indireta é possível seguir uma política deliberada de organização de vida regional em certas áreas. Os estudos das chamadas "regiões homogêneas e polarizadas" fornece elementos para a fixação de regiões-programa, áreas de implantação de planejamento integrado. A escolha de regiões-programa deve resultar de um confronto entre os objetivos específicos do planejamento econômico geral e as condições geográficas do território.

O estudo dos espaços homogêneos do país tem duas validades. De um lado fornece material que, reunido ao estudo dos espaços polarizados, serve à fixação das regiões e caracterização de seus tipos. Por outro lado, sendo o espaço homogêneo uma forma de organização em torno da produção, o seu conhecimento é fundamental para a compreensão do conteúdo das regiões e para a política de planejamento acima apontadas. Já vimos que em muitos casos, esta organização se confunde com o próprio conceito da região. A organização do espaço em torno da produção envolve os recursos naturais, as características físicas, do quadro natural, o potencial humano, as atividades econômicas existentes e o equipamento implantado.